

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

Requeiro que seja encaminhada à Procuradoria Jurídica desta Casa Legislativa uma solicitação de parecer jurídico a respeito do Projeto de Lei nº 103/2022, que "Institui a Taxa de Turismo Sustentável – TTS no Município de Sant'Ana do Livramento", considerando dúvidas a respeito do cumprimento da legislação tributária vigente conforme o Código Tributário Nacional e a Constituição Federal, haja vista que há jurisprudências (anexas ao presente requerimento) que anulam leis municipais que tratam do mesmo tema por ausência de especificidade e divisibilidade, contrariando o disposto no Art. 145, II, Constituição Federal.

Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento, 11 de maio de 2022.

Jovani dos Santos - Romarinho
Vereador Republicanos
Poder Legislativo Municipal

Ver. Jovani dos Santos - Romarinho

2º Grau

Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG - Remessa Necessária-Cv: 0155174-10.2012.8.13.0433 Montes Claros



Publicado por Tribunal de Justiça de Minas Gerais

há 8 meses

Processo

0155174-10.2012.8.13.0433 Montes Claros

Órgão Julgador

Câmaras Cíveis / 19ª CÂMARA CÍVEL

Publicação

28/07/2021

Julgamento

22 de Julho de 2021

Relator

Wagner Wilson

Ementa

EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE TRIBUTÁRIA. DIREITO TRIBUTÁRIO. TAXAS MUNICIPAIS. TAXA DE TURISMO E HOSPEDAGEM - TTH. MONTES CLAROS. JULGAMENTO DE ADI PELO TRIBUNAL. INCONSTITUCIONALIDADE.

Conforme restou sedimentado no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 1.0000.12,048514-9/000, a Taxa de Turismo e Hospedagem - TTH do Município de Montes Claros é de natureza genérica, de caráter "uti universi" e não preenche os requisitos da divisibilidade e da especificidade previstas nos artigos 77 e 79 do CTN para ser cobrada, validamente, como taxa.

Informações Relacionadas



Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
Jurisprudência • há 2 anos

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul TJ-RS - Direta de Inconstitucionalidade: ADI 0243925-91.2019.8.21.7000 RS

CONSTITUCIONAL. TAXA DE TURISMO. LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2017, MUNICÍPIO DE URUGUAIANA. SERVIÇOS ESPECÍFICOS E DIVISÍVEIS. ART. 140, II, CE/89. INEXISTÊNCIA. Afigura-se inconstitucional a Lei Complementar nº 13, de 29.09.2017, Município de Uruguaiana, ao instituir Taxa de Turismo distanciada dos pressupostos ...



Tribunal de Justiça do Mato Grosso
Jurisprudência • há 11 meses

Tribunal de Justiça do Mato Grosso TJ-MT: 1012953-35.2019.8.11.0000 MT

AGRAVO DE INSTRUMENTO — MANDADO DE SEGURANÇA — TAXA DE TURISMO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE POCONÉ — AUSÊNCIA DE ESPECIFICIDADE E DIVISIBILIDADE DO TRIBUTO — INDÍCIOS CONTUNDENTES DE ILEGITIMIDADE DA COBRANÇA — LIMINAR DEFERIDA — FUMMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA DEMONSTRADOS — DECISÃO MANTIDA — RECURSO NÃO PROVIDO. O ...



Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Jurisprudência • há 9 anos

Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG - Ação Direta Inconst: 0485149-42.2012.8.13.0000 MG

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - TAXA DE TURISMO E HOSPEDAGEM - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 033/2010 - MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS - AFRONTA À NORMA CONSTITUCIONAL ESTADUAL DE REPETIÇÃO OBRIGATÓRIA - PRELIMINAR REJEITADA - SERVIÇOS INDIVISÍVEIS - BASE DE CÁLCULO DE IMPOSTO - INCONSTITUCIONALIDADE. - O Tribunal de ...

2º Grau

**Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul TJ-RS -
Apelação Cível: AC 50015334020178210037 RS**



Publicado por Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

há 5 meses

Processo

AC 50015334020178210037 RS

Órgão Julgador

Primeira Câmara Cível

Publicação

11/11/2021

Julgamento

4 de Novembro de 2021

Relator

Carlos Roberto Lofego Canibal

Ementa

\n\nAPELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADEQUAÇÃO DA VIA PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE IMPETRAÇÃO CONTRA LEI EM TESE. TAXA DE TURISMO. MUNICÍPIO DE URUGUAIANA. INCONSTITUCIONALIDADE. INEXIGIBILIDADE.\n1.

É pacífico na doutrina e na jurisprudência a possibilidade de impetração do mandado de segurança preventivo à atividade fiscal decorrente dos efeitos concretos da legislação vigente. Não há falar, portanto, de impetração contra lei em tese e incidência da Súmula 266 do STF. Precedentes.\n2. \nAfigura-se inconstitucional a Lei Complementar nº 13, de 29.09.2017, Município de Uruguaiana, ao instituir Taxa de Turismo distanciada dos pressupostos constitucionais da especificidade e divisibilidade, reclamados pelo art. 140, II, CE/89. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME.(Direta de Inconstitucionalidade, Nº 70082720160,

Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Armínio José Abreu Lima da Rosa, Julgado em: 27-11-2019)\. Reconhecida a inconstitucionalidade da Taxa de Turismo em discussão em sede de controle concentrado pelo TJRS, imperiosa a concessão da segurança para declarar a inexigibilidade da exação.\nRECURSO PROVIDO.\n

Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1319094340/apelacao-civel-ac-50015334020178210037-rs>

Informações Relacionadas



Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Jurisprudência • há 8 meses

Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG - Remessa Necessária-Cv: 0155174-10.2012.8.13.0433 Montes Claros

EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE TRIBUTÁRIA. DIREITO TRIBUTÁRIO. TAXAS MUNICIPAIS. TAXA DE TURISMO E HOSPEDAGEM - TTH. MONTES CLAROS. JULGAMENTO DE ADI PELO TRIBUNAL. INCONSTITUCIONALIDADE. Conforme restou sedimentado no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º ...



Tribunal de Justiça do Mato Grosso
Jurisprudência • há 8 meses

Tribunal de Justiça do Mato Grosso TJ-MT: 1000805-43.2018.8.11.0059 MT

MANDADO SEGURANÇA – REMESSA NECESSÁRIA – COBRANÇA TAXA DE CULTURA E TURISMO NA REDE DE HOTELARIA – MUNICÍPIO DE CONFRESA – AUSÊNCIA DE ESPECIFICIDADE E DIVISIBILIDADE DO TRIBUTO — INDÍCIOS CONTUNDENTES DE ILEGITIMIDADE DA COBRANÇA — SENTENÇA RATIFICADA EM REEXAME NECESSÁRIO. 1. O serviço pelo qual se fundamenta a “Taxa ...



Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
Jurisprudência • há 2 anos

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul TJ-RS - Direta de Inconstitucionalidade: ADI 0243925-91.2019.8.21.7000 RS

CONSTITUCIONAL. TAXA DE TURISMO. LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2017, MUNICÍPIO DE URUGUAIANA. SERVIÇOS ESPECÍFICOS E DIVISÍVEIS. ART. 140, II, CE/89. INEXISTÊNCIA. Afigura-se inconstitucional a Lei Complementar nº 13, de 29.09.2017, Município de Uruguaiana, ao instituir Taxa de Turismo distanciada dos pressupostos ...

2º Grau

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul TJ-RS - Direta de Inconstitucionalidade: ADI 0243925- 91.2019.8.21.7000 RS



Publicado por Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

há 2 anos

Processo

ADI 0243925-91.2019.8.21.7000 RS

Órgão Julgador

Tribunal Pleno

Publicação

29/11/2019

Julgamento

27 de Novembro de 2019

Relator

Armínio José Abreu Lima da Rosa

Documentos anexos

Ementa

CONSTITUCIONAL. TAXA DE TURISMO. LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2017, MUNICÍPIO DE URUGUAIANA. SERVIÇOS ESPECÍFICOS E DIVISÍVEIS. ART. 140, II, CE/89. INEXISTÊNCIA.

Afigura-se inconstitucional a Lei Complementar nº 13, de 29.09.2017, Município de Uruguaiana, ao instituir Taxa de Turismo distanciada dos pressupostos constitucionais da especificidade e divisibilidade, reclamados pelo art. 140, II, CE/89. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME.

Informações Relacionadas



Tribunal de Justiça do Mato Grosso
Jurisprudência • há 11 meses

Tribunal de Justiça do Mato Grosso TJ-MT: 1012953-35.2019.8.11.0000 MT

AGRAVO DE INSTRUMENTO — MANDADO DE SEGURANÇA — TAXA DE TURISMO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE POCONÉ — AUSÊNCIA DE ESPECIFICIDADE E DIVISIBILIDADE DO TRIBUTO — INDÍCIOS CONTUNDENTES DE ILEGITIMIDADE DA COBRANÇA — LIMINAR DEFERIDA — FUMMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA DEMONSTRADOS — DECISÃO MANTIDA — RECURSO NÃO PROVIDO. O ...



Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Jurisprudência • há 8 meses

Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG - Remessa Necessária-Cv: 0155174-10.2012.8.13.0433 Montes Claros

EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE TRIBUTÁRIA. DIREITO TRIBUTÁRIO. TAXAS MUNICIPAIS. TAXA DE TURISMO E HOSPEDAGEM - TTH. MONTES CLAROS. JULGAMENTO DE ADI PELO TRIBUNAL. INCONSTITUCIONALIDADE. Conforme restou sedimentado no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º ...



Tribunal de Justiça do Mato Grosso
há 11 meses

Tribunal de Justiça do Mato Grosso TJ-MT: 1012953-35.2019.8.11.0000 MT

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único : 1012953-35.2019.8.11.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Assunto: [Municipais] Relator :...

2º Grau

**Tribunal de Justiça do Mato Grosso TJ-MT:
1012953-35.2019.8.11.0000 MT**



Publicado por Tribunal de Justiça do Mato Grosso

há 11 meses

Processo

1012953-35.2019.8.11.0000 MT

Órgão Julgador

Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo

Publicação

10/05/2021

Julgamento

3 de Maio de 2021

Relator

MARCIO APARECIDO GUEDES

Ementa

AGRAVO DE INSTRUMENTO — MANDADO DE SEGURANÇA — TAXA DE TURISMO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE POCONÉ — AUSÊNCIA DE ESPECIFICIDADE E DIVISIBILIDADE DO TRIBUTO — INDÍCIOS CONTUNDENTES DE ILEGITIMIDADE DA COBRANÇA — LIMINAR DEFERIDA — FUMMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA DEMONSTRADOS — DECISÃO MANTIDA — RECURSO NÃO PROVIDO.

O serviço pelo qual se fundamenta a “Taxa de Turismo Sustentável”, imposta pela Lei do Município de Poconé nº 1.869/2017 não apresenta especificidade e divisibilidade, a contrariar o disposto no artigo 145, II, da Constituição Federal, de modo que a sua cobrança aparentemente se apresenta ilegítima, a autorizar a suspensão da sua exigibilidade.

Disponível em: [https://tj-](https://tj-mt.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1205844835/10129533520198110000-mt)

[mt.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1205844835/10129533520198110000-mt](https://tj-mt.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1205844835/10129533520198110000-mt)

Informações Relacionadas



Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Jurisprudência • há 2 anos

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul TJ-RS - Direta de Inconstitucionalidade: ADI 0243925-91.2019.8.21.7000 RS

CONSTITUCIONAL. TAXA DE TURISMO. LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2017, MUNICÍPIO DE URUGUAIANA. SERVIÇOS ESPECÍFICOS E DIVISÍVEIS. ART. 140, II, CE/89. INEXISTÊNCIA. Afigura-se inconstitucional a Lei Complementar nº 13, de 29.09.2017, Município de Uruguaiana, ao instituir Taxa de Turismo distanciada dos pressupostos ...



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Jurisprudência • há 8 meses

Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG - Remessa Necessária-Cv: 0155174-10.2012.8.13.0433 Montes Claros

EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE TRIBUTÁRIA. DIREITO TRIBUTÁRIO. TAXAS MUNICIPAIS. TAXA DE TURISMO E HOSPEDAGEM - TTH. MONTES CLAROS. JULGAMENTO DE ADI PELO TRIBUNAL. INCONSTITUCIONALIDADE. Conforme restou sedimentado no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º ...



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Jurisprudência • há 9 anos

2º Grau

**Tribunal de Justiça do Mato Grosso TJ-MT -
AGRAVO DE INSTRUMENTO: AI 1012956-
87.2019.8.11.0000 MT**



Publicado por Tribunal de Justiça do Mato Grosso

há 2 anos

Processo

AI 1012956-87.2019.8.11.0000 MT

Órgão Julgador

Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo

Publicação

14/09/2020

Julgamento

4 de Agosto de 2020

Relator

MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA

Ementa

**AGRAVO DE INSTRUMENTO – MANDADO DE SEGURANÇA –
COBRANÇA DE TAXA DE TURISMO SUSTENTÁVEL – ALEGAÇÃO DE
ILEGITIMIDADE DE HOTEL FAZENDA – NÃO CONTRIBUINTE –
INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA – MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA
AINDA NÃO DECIDIDAS PELO JUÍZO DE 1º GRAU – VEDAÇÃO DE
ANÁLISE SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA E VIOLAÇÃO AO
PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO – MÉRITO –
LEGITIMIDADE DA COBRANÇA – APARENTE INOBSERVÂNCIA AOS
PRESSUPOSTOS DA ESPECIFICIDADE E DIVISIBILIDADE –
DECISÃO QUE DEFERIU A LIMINAR DE SUSPENSÃO DA
EXIGIBILIDADE DO TRIBUTO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO.**

É vedado ao Juízo ad quem apreciar questões, ainda que de ordem pública, não decididas pelo Juízo a quo, sob pena de indevida supressão de instância e violação ao princípio do duplo grau de jurisdição. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

Nos termos do artigo 145, inciso II, da Constituição Federal, os Municípios poderão instituir taxas pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. Existindo indícios de que a taxa de turismo não observa os pressupostos constitucionais da especificidade e da divisibilidade, é possível o decreto de suspensão da exigibilidade do tributo, face a evidência de eventual ilegitimidade na cobrança do tributo.

Disponível em: <https://tj-mt.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/929376974/agravo-de-instrumento-ai-10129568720198110000-mt>

Informações Relacionadas



Tribunal de Justiça do Mato Grosso
Jurisprudência • ano passado

Tribunal de Justiça do Mato Grosso TJ-MT: 1019234-70.2020.8.11.0000 MT

AGRAVO INTERNO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERU EFEITO SUSPENSIVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO – ILEGITIMIDADE PASSIVA – NÃO APRECIADA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA – SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA – REPERCUSSÃO GERAL NO STF AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO NOVO - MERO INCONFORMISMO COM O JULGADO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Nem mesmo ...



Tribunal de Justiça do Mato Grosso
há 11 meses

Tribunal de Justiça do Mato Grosso TJ-MT: 1003525-34.2016.8.11.0000 MT

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO Número Único : 1003525-34.2016.8.11.0000 Classe: AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL (206) Assunto: [Enriquecimento ilícito,...]



Superior Tribunal de Justiça
há 6 meses